atividades presenciais no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará. Art. 2º Em casos de absoluta excepcionalidade, apenas o Defensor Público-Geral poderá autorizar o trabalho remoto por prazo determinado mediante requerimento devidamente fundamentado, ouvida a Diretoria e a Coordenação respectiva.

Art. 3º Esta PORTARIA entra em vigor em 09 de janeiro de 2023.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 890749

PORTARIA Nº 008/2022/DAF/DPE, DE 20/12/2022.

O DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do art. 13, II, da PORTARIA nº 60/2022/GAB/DPG de 06/10/2022, publicada no IOEPA do dia 17/10/2022, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor (a) público (a) WAGNER ROMULO PINHO DE SOUZA, ID. Funcional nº 5891519, para atuar como FISCAL do Contrato Nº 061/2022 (Processo nº 2022/115415), celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ e a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA-EPP (CNPJ 08.775.721/0001-85), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de limpeza, conservação, manutenção e jardinagem com fornecimento de mão de obra, material e disponibilização de equipamentos, em regime de dedicação exclusiva, conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2022-TCM/PA, para REGISTRO DE PREÇOS, sob o tipo MENOR PREÇO.

Art. 2º Ao (à) Fiscal do Contrato, ora nomeado (a), com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, caberá, no que for compatível com o contrato em execução:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
- II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
- IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
- XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Parágrafo único. A administração deve garantir as condições para o desempenho do encargo.

Art. 3º Ao (à) fiscal nomeado (a) deverá ser entregue pela Diretoria de Administração e Finanças, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido ao (à) Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Na ausência do (a) fiscal titular fica designado (a) como suplente o (a) servidor (a) PEDRO VICTOR NUNES DE QUEIROZ, ID. Funcional nº 57223908.

Art. 6º Esta PORTARIA entrará em vigor a contar de 22 de Novembro de 2022, data de assinatura do mencionado contrato.

LAURO SPINELLI

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Protocolo: 890845

APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO N.º 2022/1240609 - DPPA.

CONTRATO: 67/2022 DP/PA

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2022

DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2022 DOE: 35.221

CONTRATANTE: Defensoria Pública do Estado do Pará

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de divisórias, piso elevado, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Defensoria Pública do Estado do Pará.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu titular, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 determina o Apostilamento ao Contrato nº. 62/2021, com a MARCENARIA SULAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 89.278.519/0001-40, estabelecida na Rua Nestor Moreira, 631 - Sagrada Família CEP: 95.052-500 - Caxias do Sul/RS, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) Juliana Soares Canevese, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1102092713, emitida pelo SJS/RS e do CPF/MF nº 018.557.020-88, e o Sr. Sergio Cane-

vese, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1018964633, emitida pelo SSP/RS e do CPF/MF nº 223.769.500-82, pertinente à alteração da Cláusula Quarta do Contrato firmado, no que concerne à modificação dos recursos financeiros para a cobertura das despesas oriundas do presente contrato. Para fazer face às despesas, a Defensoria Pública valer-se-á dos recursos que estão livres e desimpedidos para este exercício.

RECURSOS FINANCEIROS:

Programa / Projeto / Atividade: 03.122.1447.8458 e 03.122.1447.8460

Fonte de Recursos: 0101

Elemento: 339039

Plano Interno: 1050008458C e 1050008460C

GP Pará: 273623 e 281723

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2022.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Defensor Público Geral do Estado do Pará

Protocolo: 890767

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº. 037/2022/TJPA –

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, órgão do Poder Judiciário com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, Bairro do Souza, na Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, com inscrição no CNPJ/MF nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado por sua Secretária de Administração DÉBORA MORAES GOMES, em obediência a PORTARIA nº. 451/2020-GP, através da qual foi delegada a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº.8.666/1993 e artigo 7º da Lei nº.10.520/2002 e nos termos do artigo 21 da Lei Estadual nº. 8.972/20, vem aplicar à empresa KURUMIN SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 28.784.399/0001-68, com endereço no Conj. Guajará 1 WE 71 1781, Bairro: Coqueiro-Ananindeua-PA, E-mail: kurumineletrica@gmail.com, a penalidade de MULTA, no valor de R\$405,00 (quatrocentos e cinco reais), em virtude do descumprimento das obrigações contidas no Termo de referência, com base nos documentos e manifestações acostados aos autos, e por tudo o que foi observado no referido parecer, cuja motivação e fundamentação integra este ato decisório., conforme a instrução constante no PA-PRO-2021/03933.01 // Belém, 16 de dezembro de 2022. // Responsável pela assinatura: Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração do TJPA.

Protocolo: 890666

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 040/2022/TJPA – Pregão

076/2022/TJPA // TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ // Objeto: Fornecimento de soluções de redes de alta disponibilidade, para atender ambientes de interconexão do Datacenter, rede Metropolitana e demais unidades remotas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com serviços de instalação e treinamento// Empresa: COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.181.242/0002-72, com sede na cidade de Florianópolis, Estado do Santa Catarina, à Rua Agenor Cardoso, 131, Bairro Trindade, CEP: 88.036-015, Telefone: (41) 3083 2566, e-mail: emeli.pereira@compwire.com.br// Vigência: início em 21 de dezembro de 2022 e término em 21 de dezembro de 2023 // Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA// Responsável pela assinatura: Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração do TJPA// Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos – Secretário de Planejamento.

Protocolo: 890709

EXTRATO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº 038/2022/TJPA –

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, órgão do Poder Judiciário com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, Bairro do Souza, na Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, com inscrição no CNPJ/MF nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado por sua Secretária de Administração, em obediência a PORTARIA nº 451/2020-GP, que delegou à titular da Secretaria de Administração, nos termos do artigo 21 da Lei Estadual nº 8.972/2020, a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e 7º da Lei nº 10.520/2002, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no que se refere ao pedido de sanção realizado no processo PA-PRO-2022/02022.01, assim decidiu: "ACOLHO o parecer da Assessoria Jurídica desta Secretaria de Administração e DECIDO APLICAR A SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA, à empresa SENENGE CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA, por descumprimento das obrigações contidas no Contrato nº 041/2022, com base nos documentos e manifestações do setor técnico presente nos autos, e por tudo o que foi observado no referido parecer, cuja motivação e fundamentação integra este ato decisório.// Belém, 16 de dezembro de 2022 // Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração do TJPA.

Protocolo: 890770